

Análise da imagem do serviço social e dos assistentes sociais da imprensa escrita portuguesa

Analysis of the image of social work and social workers in the portuguese written press

Análisis de la imagen del servicio social y de los trabajadores sociales en la prensa escrita portuguesa

Recebido em 28-06-2021

Modificado em 25-08-2021

Aceito para publicação em 15-09-2021

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v9i2.39252>

182

 **Jacqueline Ferreira Marques**

Phd em Serviço Social pela Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Professora Auxiliar no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, Portugal. E-mail: jacfmarques@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende ser uma primeira aproximação exploratória de análise da imagem, em Portugal, do Serviço Social na imprensa, durante a fase da pandemia (de março de 2020 a março de 2021). Escolhemos dois jornais de relevância no país: o “Público” e o “Expresso” na versão *on-line* com o intuito de compreender se existem notícias, reportagens, artigos de opinião etc. acerca do Serviço Social e das assistentes sociais de modo a entender qual a imagem que essas peças transmitem. Nos dois jornais, foram publicadas no período em análise, 73 peças jornalísticas sobre o assunto. Concluímos que existem nas diferentes peças quatro “perfis” de assistentes sociais: i) de garante alimentos; ii) de burocrata; iii) de “missionário” e; iv) de crítico.

Palavras-chaves: serviço social; assistente social; imagem pública do serviço social; relação com a imprensa.

Introdução

Na atualidade, existe a possibilidade de obtermos, em tempo imediato, uma enorme quantidade de informação através dos meios de comunicação em massa e das Tecnologias de Informação e Comunicação. Estes permitem a disseminação da informação, de forma rápida, seja em extensão geográfica, seja em número de pessoas. O Serviço Social não pode desprezar a importância da comunicação como direito e como espaço fundamental e estratégico de ação política. Os meios de comunicação informam e formam a opinião pública a partir do que é essencial para estudar a imagem que eles projetam da profissão e das suas profissionais¹.

Este artigo pretende ser uma primeira aproximação exploratória de análise da imagem, em Portugal, do Serviço Social na imprensa, durante a fase da pandemia (de março de 2020 a março de 2021). Escolhemos dois jornais de relevância no país: o “Público” e o “Expresso”, na versão *on-line*, com o intuito de compreender se existem notícias, reportagens, artigos de opinião etc. acerca do Serviço Social e das assistentes sociais de modo a entender qual a imagem que essas peças transmitem.

O poder dos meios de comunicação em massa na construção da opinião pública e política

183

Os meios de comunicação em massa apresentam-se na atualidade não só como o veículo de transmissão de informação mais utilizado à escala global, mas também como a fonte preferencialmente escolhida para o acesso a ela (Berns, 2001). Consequentemente, é hoje a forma mais poderosa de influência do conhecimento e da opinião pública. E o seu poder vai mais longe e hoje podemos considerá-los como construtores ativos da realidade: fornecem “grelhas” de leitura da realidade, implementam condutas, criam opiniões etc. Comumente aquilo que falamos, discutimos, pensamos é “sugerido” pelo que vemos e escutamos na televisão, nos jornais, no rádio, nas redes sociais. De modo que, de certa forma, a realidade diária e a percepção social dela são induzidas e instigadas pelos meios de comunicação.

Castells (1998) considera que esta nova era resulta de três processos ocorridos entre 1968 e 1975: a revolução informática, as crises do capitalismo e do estatismo e o aparecimento de movimentos culturais e sociais. Estes acontecimentos permitiram o surgimento de uma nova estruturação social denominada de “sociedade em rede”, de uma nova cultura chamada de “virtualidade real” e uma nova economia, informatizada e globalizada. Castells (1998; 1999) declara que a inovação não está na organização social em rede, pois essa já existia, mas, sim, na

¹ Tendo em conta o perfil feminino que a profissão assume em Portugal, este texto referir-se-á às assistentes sociais no feminino, embora estejam também incluídos os assistentes sociais do género masculino.

influência que as tecnologias de informação exercem sobre a estrutura social no seu todo. Neste sentido, para o autor, a atual estrutura social da “era da informação” corresponde à “sociedade em rede”, pondo em causas os paradigmas e formas de organização inerente à, até agora existente, “era industrial”.

Os autores McCombs e Shaw, em 1972², apresentaram a Teoria da Agenda Setting³. Esta considera que os meios de comunicação “pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá” (Barros Filho, 2001:169). Em um estudo realizado em 1979, Shaw considera que os sujeitos tendencialmente incluem ou excluem dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação incluem ou excluem do seu conteúdo e, simultaneamente, a importância que atribuem a cada tema relaciona-se com a relevância que os meios de comunicação em massa atribuem (Shaw, 1979 *apud* Wolf, 2001:144).

Penedo (2003), no seu estudo sobre o crime nos meios de comunicação, refere a existência, a partir da década de 70 do século passado, de um paradigma de caráter construtivista. Este, com inspiração nos estudos de Foucault, coloca os meios de comunicação em massa como ferramenta de construção da realidade e, simultaneamente, como meio de regulação normativa. Este papel determinista na formação de opinião e na criação de uma regulação é questionado por alguns autores que consideram a existência de um espaço de liberdade que permita a cada pessoa construir o seu significado, colocando os sujeitos como agentes ativos (Ericson, 1997) num processo interativo entre as suas opiniões e crenças e os fatos apresentados pelos meios de comunicação. Como defende Machado (2004:121), subsistem “espaços de abertura e de receptividade a posicionamentos alternativos e com algum potencial de transformação da ordem social”.

Apesar desse “espaço de liberdade” existe, na atualidade, um conjunto de estudos que procuram demonstrar a forma como os meios de comunicação em massa utilizam (estrategicamente) ferramentas para influenciar e (até) dirigir as atitudes e pensamentos do seu público. Muitos desses estudos colocam os meios de comunicação em massa como um “quarto poder” capaz de influenciar não só as agendas públicas como as agendas políticas. Consideram que estas são capazes de interferir no processo de formulação de políticas públicas, ou seja, no momento em que se estabelece qual o assunto a tratar pela política e como será tratado. Para a inserção de um problema ou assunto na agenda política, é preciso adquirir um amplo

² O primeiro estudo foi desenvolvido pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw em 1972, embora, inicialmente, foi indicada, no ano de 1922, por Walter Lippmann em sua obra clássica *Public Opinion*

³ Artigo intitulado *The Agenda Setting Function of Mass Media* (1972), que procurou investigar a capacidade de influência dos meios de comunicação na campanha presidencial de 1968, nos EUA

conhecimento público que permita assumir um estatuto de problema público, fundamentando e legitimando a intervenção (parcial ou total) estatal. Nem todos os assuntos serão objeto de ação governamental e, por isso, nem todos são transformáveis em política, já que não existe “espaço” na agenda política para todos os assuntos. Por isso, a formação da agenda é um dos pontos fundamentais do processo de criação de políticas, em que diversos atores lutam para determinar os temas da agenda (Marques, 2016). Segundo Roth Deubel (2006), esse movimento de “luta” pode ocorrer de duas formas distintas: i) o problema ou a demanda é introduzido a partir do governo na opinião pública. O que pode acontecer pela “utilização” de alguns grupos de pressão (sindicatos, empresários, sociedade civil etc.) e/ou dos meios de comunicação. Aqui o ciclo tem início na esfera governamental que o “devolve” para o espaço público de modo a ser legitimado, para voltar ao campo governamental; ii) o problema ou a demanda surge no espaço público, disseminando-se pelos meios de comunicação, “obrigando” os governos a assumirem a sua resolução ou minimização e, conseqüentemente, coagindo o governo a incorporar o assunto na sua agenda.

Rogers e Dearing (1994), nos seus estudos acerca da *agenda setting*, consideram existir três tipos de agenda: a “media agenda setting”, a “public agenda setting” e a “policy agenda setting”. A primeira relacionada com o relevo, prioridade e repetição de certas notícias; a segunda relacionada com o conteúdo e a ordem dos temas da agenda pública; e a terceira relacionada com a influência das duas anteriores agendas nos processos de política pública. Estes autores consideram que a agenda pública, cujo conteúdo é o reflexo da agenda dos meios de comunicação, influencia a agenda política, nas suas decisões e nas suas ações. E simultaneamente, em determinados assuntos, a agenda política influencia a agenda dos meios de comunicação.

Também Luhmann (2007) considera que o sistema político responde ao contexto envolvente, em grande parte através do que é transmitido pelos meios de comunicação. De forma que, para este autor, os meios de comunicação funcionam como um campo de ressonância em que determinados temas e acontecimentos influenciam as ações do público em geral e daqueles que possuem responsabilidades políticas.

Nesta perspectiva, os meios de comunicação em massa são um poder estratégico para criar, transformar ou manter o interesse sobre determinado assunto e, conseqüentemente, o seu interesse e centralidade pública e política. Este poder é uma área de luta que “pertence” a corporações e grupos econômicos e sociais que desta forma, implícita, exercem poder sobre o sistema político. Boschetti (2009:22) chama atenção para a importância dos meios de comunicação no poder sobre a opinião pública e política e para o fato de, no caso do Brasil, o

poder mediático estar concentrado em “cinco grupos empresariais que decidem o que 180 milhões de pessoas irão ver e ouvir”. Nesse sentido, lembra a importância de “educar” a população para se colocar como recetora crítica da informação, de modo a ser capaz de refletir e problematizar as informações que recebe.

Pelo exposto, é possível apontar que os meios de comunicação, na atualidade, podem ser considerados, a par de outras estruturas sociais (família, religião etc.), como estratégias para construir e reproduzir a ideologia hegemônica ou dominante. Como nos diria Foucault (1999:53), cada sociedade possui os seus sistemas de verdade, que estão ligados aos sistemas de poder, e que criam a sua “política geral da verdade”, ou seja, em cada sociedade se define os tipos de discursos que aceita e faz funcionar como verdadeiros”.

Salientamos que não é nossa intenção colocar em causa a importância fundamental dos meios de comunicação em massa para qualquer país democrático, no entanto não é possível descurar os perigos que se colocam, nomeadamente dos monopólios e concentração de poder dos “donos” dos meios de comunicação em massa, das relações pouco clara entre esses meios de comunicação e grupos económicos, empresariais e políticos.

Serviço Social e os meios de comunicação

186

Os meios de comunicação possuem cada vez mais importância para a construção da realidade social e, por isso, interferem na imagem pública das profissões. Este tema tem sido objeto de análise em relação a disciplinas como educação, enfermagem, medicina, direito, entre outras.

Em Portugal, os estudos sobre a relação entre a profissão de Serviço Social e a opinião pública são, numa pesquisa exploratória feita no Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal, inexistentes. Apesar disso, podemos dizer que os diferentes trabalhos no âmbito do mestrado e doutoramento, que se focam nas questões da identidade profissional, de um modo indireto, abordam as percepções coletivas que existem acerca da profissão e das suas profissionais.

Pelo contrário, o Reino Unido tem já uma vasta produção teórica acerca da interação entre os meios de comunicação em massa, o Serviço Social e suas profissionais⁴. Estudos que demonstraram a relação inquestionável entre a representação da profissão nos meios de comunicação e a conduta e prática profissional desenvolvida, assim como, sobre a percepção

⁴ Existem estudos acerca deste tema no Reino Unido desde a década de 90 do século XX: Aldridge (1990) com o artigo “*Social Work and the News Media: A hopeless case?*”; Aldridge (1994) com o artigo “*Making Social Work News*”; Franklin e Parton (1991) com o livro “*Social Work, the Media and Public Relations*”, entre outros.

coletiva dos públicos atendidos por estas profissionais. Consideram, igualmente, a influência que os meios de comunicação exercem nas políticas sociais, quer na definição dos problemas que vão responder, quer na forma como essa resposta vai ser delineada (Zugazaga *et al.*, 2006:622).

No início deste século, Tower (2000) chamou a atenção para o preocupante abandono da relação entre assistentes sociais e meios de comunicação em massa. Nos resultados dos seus estudos, ele propõe que nos currículos sejam integradas disciplinas acerca do estudo dos meios de comunicação, de modo a ensinar os assistentes sociais a transmitirem uma determinada imagem mediática: “moldar a imagem pública do trabalho social através da utilização eficaz dos meios de comunicação populares” (Tower, 2000:575). Apesar desta proposta, permanece, na atualidade, a inexistência dessas matérias nos currículos acadêmicos.

No ano de 2001, as autoras Reid e Misener, num estudo extensivo na imprensa dos EUA (258 notícias) e do Reino Unido (141 notícias), abordaram a relação entre o Serviço Social e os meios de comunicação social. Concluíram que existe um número elevado de notícias que transmitem uma imagem negativa das assistentes sociais e do seu trabalho, em especial, na área da infância, onde eram muitas vezes apresentadas como profissionais que retiravam os filhos de seus pais.

Em 2004, Gibelman apresenta um artigo no qual aborda a imagem dos assistentes sociais na televisão dos EUA, nomeadamente em séries. Inicialmente, parte do pressuposto de que a existência destas profissionais em séries poderia demonstrar maior conhecimento (e respeito) pela profissão, no entanto, conclui que, na maioria das vezes, as assistentes sociais aparecem com imagens negativas, como agentes que não necessitam de qualquer formação para desenvolver as suas tarefas e como uma atividade voluntária e assistencialista. Também focado nas séries televisivas, mas desta vez do Reino Unido, aparece o estudo das autoras Henderson e Franklin (2007), verificando que estas profissionais estão, em regra, ligadas à proteção de menores e são caracterizadas como compreensivas e empáticas mas, simultaneamente, envolvidas num conjunto de tarefas burocráticas que lhes ocupa grande parte do tempo. Ainda na realidade do Reino Unido, em 2014, a autora Joanne Westwood, no seu livro “*Social Media in Social Work*”, chama a atenção para a influência das redes sociais na imagem do Serviço Social e da necessidade de utilizá-las como estratégia de repercussão para dar a conhecer, a um número alargado de pessoas, o que é o Serviço Social e a prática das suas profissionais.

Nos EUA, surge um estudo extensivo (665 entrevistas), coordenado por Zugazaga *et al* (2006), que procurou entender as perceções que as próprias assistentes sociais tinham da imagem da profissão nos meios de comunicação. De forma geral, as entrevistadas consideravam que a

imagem da profissão nos meios noticiosos era negativa, sendo mais positivo nos conteúdos de entretenimento (séries e filmes).

Na Espanha, no ano de 2010, através do Conselho Geral do Trabalho Social dedicou o número 92 da sua revista “Servicios Sociales y Política Social” à relação entre a comunicação e o trabalho social. Expondo, logo no editorial da revista, o objetivo pretendido: “é tempo de refletir sobre como nós, como profissionais, somos afetados pela construção narrativa que está a ser feita da realidade, através de novas tecnologias e meios de comunicação” (CGTS, 2010:5).

A imagem transmitida nos meios de comunicação em massa sobre o Serviço Social e suas profissionais influencia (e determina) a percepção pública sobre a profissão e, conseqüentemente, o seu reconhecimento e legitimação social, bem como a própria autoimagem que as profissionais interiorizam. Para além disso, influencia a imagem que o público possui dos cidadãos utentes das diversas respostas e serviços sociais, muitas vezes apresentados como uma população “desvirtuada” e estigmatizada.

Baltar Moreno, num estudo realizado em 2014, verificou que existia um largo desconhecimento sobre os serviços sociais cujos objetivos eram, na maioria das vezes, confundidos com discursos mediáticos e políticos. Verificou, igualmente, que uma percentagem alta da população considerava que os serviços sociais públicos estavam reservados a um grupo de pessoas marginais e com poucas competências e capital social e pessoal. No que diz respeito a Portugal, o Rendimento Social de Inserção é um exemplo muito claro sobre esta tendência, já que é uma política que, desde seu surgimento, foi utilizada em lutas e argumentos partidários pelos partidos da direita que publicamente (em jornais, rádios, publicações em rede sociais etc.) apresentavam os seus beneficiários como preguiçosos, toxicodependentes e incapazes. Os beneficiários de RSI foram colados a uma imagem de pessoas capazes de uma “apropriação indevida ou um tipo excessivo de apropriação (excessiva em tempo e/ou quantidade) de direitos (...) um abuso (deliberado) do erário coletivo” (Rodrigues, 2006:127). Esta política possui uma imagem pública negativa e estigmatizante embora se trate da medida de política social mais fiscalizada até os dias de hoje (Marques, 2016).

Em suma, os meios de comunicação social, pela sua omnipresença, persistência e familiaridade, contribuem para a criação, promoção e generalização de representações sociais. É fundamental entender a imagem pública do Serviço Social e das assistentes sociais de modo a contribuir ativamente com e nos meios de comunicação para a criação de uma imagem realista desta profissão, dos serviços e respostas que operam, das populações que atendem e das profissionais que lhe dão corpo.

Método e procedimentos

Este artigo foi uma primeira aproximação ao tema, por assumir um caráter exploratório e descritivo, como um passo prévio para posteriores investigações. Pretendeu-se, como já referimos, perceber que tipo de notícias existiam e qual a imagem que transmitiam acerca do Serviço Social e das assistentes sociais.

Para o efeito, optou-se pela análise de dois jornais nacionais⁵ – o Público e o Expresso – no seu formato *on-line*, e durante um período temporal iniciado em março de 2020 e finalizado em março de 2021 (correspondente com a pandemia de Covid-19). Ciente de que o fato de se tratar de um ano peculiar poderia influenciar os conteúdos das peças presentes nos jornais, em contrapartida “garantir” a existência de peças jornalísticas sobre o tema.

Iniciamos a pesquisa com um levantamento de todas as peças noticiosas presentes nos dois jornais no espaço temporal referido. Para isso, colocamos no motor de busca de cada um dos jornais *on-line* as palavras: "Assistente Social, Assistentes Sociais e Serviço Social. Para analisar as peças jornalísticas, utilizamos a análise de conteúdo, por se tratar de uma técnica de análise sistemática de material textual que permite “desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas considerados ‘chave’” (Coutinho, 2020:217). Iniciamos com uma pré-análise de todo o material recolhido pelas palavras-chaves assinaladas no período de tempo definido. Cada uma das notícias foi lida de modo a perceber se eram referentes ao tema em análise, já que surgiram muitas peças que incluíam o termo assistente, serviço ou social isoladamente, mas que não se referiam ao tema em análise.

Na exploração do material, escolhemos as unidades de registro que nos permitiam compreender o significado da peça jornalística, elaborando a partir daí uma categorização e contagem frequencial. Enumeramos cada uma das peças, ficando as peças do jornal “Público” enumeradas como PP1, PP2, etc. e as do jornal “Expresso” como PE1, PE2, etc.

Apresentação dos resultados

Entre março de 2020 e março de 2021, o jornal “Público”, na sua edição *on-line*, publicou 43 peças jornalísticas em que se encontravam as palavras Assistente Social, Assistentes Sociais ou Serviço Social. Nove destas peças abordavam a realidade internacional por isso foram excluídas. Das 35 peças, sete eram informativas⁶ (PP17,18,21,24,27,28,31), 15 eram

⁵ Dois jornais de referência no país, com linhas editoriais diferenciadas

⁶ Com informação simples e objetiva dos fatos.

interpretativas⁷ (PP7,8,10,11,13,20,22,23,26,29,30,32,33,34,35), 12 eram opinativas⁸ (PP1,2,3,4,5,6,9,12,14,16,19,25) e um vídeo (PP15).

No jornal “Expresso”, encontramos 52 peças, 14 das quais referentes à realidade internacional pelo que foram excluídas, sobrando um total de 38 peças jornalísticas que dividimos em: uma informativa (PE27), 27 interpretativas (PE1,2,3,4,5,6,7,8,10,11,13,15,16,18,19,22,24,25,26,28,29,31,32,34,35,36,37) e novw opinativas (PE9,12,14,17,20,21,23,30,33,38).

As categorias⁹ formuladas para a análise das 73 peças de ambos os jornais (35 do Público e 38 do Expresso) foram as seguintes:

- Assistente social/ serviço social assinalado como pertencente à equipe multidisciplinar (22 peças), com as seguintes subcategorias: equipas na área da saúde mental (PE3, PE13, PE15, PE34), equipas hospitalares (PP29, PE2, PE24), equipas de cuidados paliativos (PE27, PE36), equipas do sistema de promoção e proteção de menores em perigo (PP20, PE20), equipas de crianças e jovens na área da educação (PP17, PP18, PP22, PE4, PE5, PE35) e outras equipas (PP24, PP27, PP31, PP32, PP35).
- Assistente social/ serviço social assinalado em situação concreta (11 peças), com as seguintes subcategorias: perspectiva negativa do exercício das suas funções (PP19, PE1, PE18, PE21, PE32), perspectiva neutra do exercício das suas funções¹⁰ (PE7, PE9, PE12, PE37) e perspectiva positiva do exercício das suas funções (PE16, PE17).
- Funções da assistente social do ponto de vista de outros atores (seis peças), com as seguintes subcategorias: acompanhamento (PE22, PE23), provedor de alimentos (PP8, PP30, PE8) e prescritor social (PP6).
- Assistente social/ serviço social e Covid-19 (sete peças) com as seguintes subcategorias: equipas de rastreios e/ou inquéritos epidemiológicos (PE11, PE31, PE33), equipas comunitárias de acompanhamento Covid-19 (PP9, PP10, PE28) e equipas de ERPI¹¹ (PE25).

⁷ Com informação mais aprofundada e abrangente – crônicas, reportagens, entrevistas etc.

⁸ Com opinião de um colunista, convidado ou leitor

⁹ Segundo Coutinho (2020:221), a categoria “é uma forma geral de conceito, uma forma de pensamento. São rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo) em razão de características comuns”

¹⁰ Uma perspectiva em que o assistente social é simplesmente assinalado, mas não se faz qualquer produção de ideia ou comentário.

¹¹ Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

- Assistente social falam diretamente, assumindo o seu protagonismo (16 peças) com as seguintes subcategorias: questões laborais (PP1, PP23, PP25), limitação na intervenção (PE6, PE10, PE26), intervenção em tempo Covid-19 (PP11, PP13, PP14, PP15, PE29), consequências do Covid-19 (PP7, PE19) e visão politizada (PP2, PP3, PE30).
- Ordem dos assistentes sociais (seis peças) com as seguintes subcategorias: opinião de assistentes sociais (PP4, PP5, PP16) e opinião de outros atores (PP12, PE14, PE38).
- Outras (cinco peças, PP21, PP26, PP28, PP33 e PP34).

Os assistentes sociais foram sinalizados em 22 peças como parte integrante de equipes multidisciplinares, nestas peças não se explicitou qual a sua função/ competência, apenas se indicou a sua existência. No âmbito das equipes em contexto escolar, todas as seis peças (PP17, PP18, PP22, PE4, PE5, PE35) referem a necessidade imperativa de se contratar equipes multidisciplinares para fazer face às desigualdades sociais presentes nas escolas e agudizadas pela pandemia. Em três delas (PP17, PP18, PE5) surge a notícia de uma intenção, por parte do Ministério da Educação, de criar equipes em que se incluía o Serviço Social. Nas outras três (PP22, PE4, PE35), a assistente social é referenciada como uma profissional fundamental para responder aos problemas sociais presentes nas escolas e que surgirão como resultado da pandemia: “o ME deve voltar a reforçar o crédito horário atribuído às escolas, para se contratar mais professores, e aumentar o número de técnicos especializados, como psicólogos e assistentes sociais” (PP22); “A família não pode ficar sozinha. Agora, mais do que nunca, precisa de acompanhamento, em termos económicos e de apoio técnico, de assistentes sociais, professores, psicólogos” (PE4).

Na área das crianças e jovens em perigo, surgem duas peças alusivas ao caso Valentina¹² para salientar a falta de recursos humanos no sistema de promoção e proteção e suas consequências na garantia da proteção dos menores: “Repensemos o sistema de uma forma construtiva e geradora de mudanças, para que todas as crianças possam ver efectivamente salvaguardados os seus direitos. Não vamos a tempo de proteger a Valentina (...) É verdade que os diversos serviços que intervêm na área da protecção de crianças e jovens apresentam uma escassez de recursos humanos” (PP20); “os diversos serviços que atuam na área da protecção de crianças e jovens não dispõem de recursos humanos e materiais suficientes” (PE20).

¹² Valentina tinha nove anos, foi encontrada morta numa zona de mato perto de Peniche, vítima de maus-tratos graves que provocaram a sua morte. O pai e a madrasta foram acusados pelo Ministério Público dos crimes de homicídio qualificado, profanação de cadáver e simulação de sinais de perigo.

Na área da saúde, surgiu um conjunto de peças que em diversos âmbitos mencionam as assistentes sociais. No que à saúde mental diz respeito surgiram quatro peças, uma (PE3) das quais aponta a necessidade de contratação de assistentes sociais e três (PE3, PE15, PE34) sublinham a importância da multidisciplinaridade na intervenção efetuada: “a OMS preconiza desde há muito a sua articulação funcional através de equipas multidisciplinares (médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas, terapeutas da fala etc.)” (PE3); “reforço das equipas comunitárias, formadas por psiquiatras, psicólogos, enfermeiros e assistentes sociais e espalhadas por várias zonas do país (...) sabendo nós que imensas famílias vão perder pessoas e há outras tantas pessoas que vão sobreviver mas com sequelas, seria muito importante estas equipas poderem contribuir para a recuperação” (PE15); “é reconhecida ‘a importância dos psicólogos neste contexto’ mas é necessário, ao mesmo tempo, ‘reconhecer a importância dos enfermeiros especialistas em saúde mental, dos assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e psiquiatras’” (PE34). Na área da saúde surge, ainda, a referência às assistentes sociais nas equipas hospitalares, uma das peças (PE2) refere apenas a sua existência. As outras duas peças (PP29, PE24) indicam as equipas hospitalares pediátricas, nomeadamente a necessidade de recursos humanos na área da saúde mental pediátrica (PE24) e na consulta de dor crónica pediátrica (PP29). Ainda relativamente à saúde, surgem duas peças (PE27, PE36) referentes a equipas de Cuidados Paliativos, para salientar a necessidade da contratação de recursos humanos.

Finalmente, nesta primeira categoria, as assistentes sociais são mencionadas em equipas de apoio a refugiados (PP24), em centro de acolhimento de sem-abrigos (PP32), em equipa de voluntários da APAV (PP31), em projeto de combate ao isolamento (PP27) – no qual salientamos o erro na forma como mencionam o assistente social como “técnico de serviço social” – e, por fim, como constituintes de equipas para “pensar” as cidades (PP35).

Na segunda categoria, inclui-se as peças que indicam a assistente social em situação concreta. A maioria apresenta uma perspectiva negativa da profissão (cinco peças): i) como um dos atores que se desresponsabilizou das situações de contágios nos lares de idosos (PP19); ii) como um profissional que, apesar de acompanhar as situações, não responde a elas. Aqui surgem duas peças, uma (PE1) que refere a inoperância do assistente social e de outros profissionais numa situação de violência doméstica (“Nenhum professor achou estranho? Nenhuma assistente social, nenhum vizinho... ninguém viu o sofrimento destas pessoas?”) e a outra (PE21) numa situação de “erro” na decisão do exercício das responsabilidades parentais (“Resultou apenas numa Audição Técnica Especializada, que é, nada mais nada menos, que um diálogo com a assistente social”); iii) como um profissional que numa situação específica, contada na primeira

pessoa, agiu de maneira recriminatória (PE18) (“Aterraram em Lisboa, onde Daniel foi operado, no Hospital Dona Estefânia, e onde uma assistente social, depois de olhar para Telma ‘da cabeça aos pés’, lhe perguntou: ‘Como é possível que uma pessoa possa sair do seu país sem dinheiro nenhum?’”); iv) como um profissional que vive “à conta dos ciganos” e sugerindo, nas palavras de um líder político da extrema-direita, que “se gostam tanto deles, levem-nos lá para a porta delas” (PE32).

Com uma perspectiva neutra surgem quatro peças nas quais a assistente social é referida: como um recurso para encaminhar doentes em caso de necessidade (PE9), como alguém citado simplesmente pela sua existência no acompanhamento de um caso (PE37), numa visita a uma instituição (PE7) e num artigo de opinião (PE12).

Finalmente, numa perspectiva positiva, surgem duas peças, uma (PE16) narra a atuação de uma assistente social do hospital que procura responder à falta de equipamentos individuais de proteção: “para confeccionar algumas batas, ‘num tecido baratinho’, porque seriam os próprios médicos e enfermeiros a suportar o custo daquele equipamento de proteção (...) Centenas de batas pagas e confeccionadas por voluntários vão ser entregues aos profissionais de saúde” (PE16). A outra peça refere-se a um artigo de opinião em que se reconhece e agradece o esforço dos diversos profissionais que trabalham em tempo de pandemia, nomeadamente as assistentes sociais (PE17).

Na terceira categoria – funções do assistente social do ponto de vista de outros atores – incluem-se cinco peças. Três delas referem a função de provisão de alimentos (PP8, PP30, PE8). Salientamos que, em uma dessas peças, o assistente social é tratado como “assistente familiar”: “Aqui entram aqueles agregados que fazem parte da pobreza envergonhada. Apenas a assistente de família sabe quem são, e mesmo o pessoal do armazém só conhece a tipologia da família, porque os nossos cabazes são personalizados” (PE8). Em outras duas peças (PE22, PE23), a função exposta é de acompanhamento, quer do caso de uma “mãe que abandonou um bebê com 21 dias no Cacém” (PE23), quer das mães que, na altura do parto, pretendem dar seu filho para adoção (PE22). Finalmente, surge uma peça (PP6) em que as funções são descritas no âmbito de um projeto de prescrição social: “A ligação é efectivada pelo assistente social da unidade de saúde que, conhecendo bem a comunidade envolvente, ajuda o paciente a encontrar soluções para problemas como a solidão (...) paciente tem uma consulta com a assistente social da USF, que co-produz com o paciente um plano terapêutico fora do habitual” (PP6).

Na categoria assistente social/serviço social e Covid-19 surgem sete peças, na qual a palavra não é tomada diretamente por assistentes sociais. Três dessas peças assinalam a presença da assistente social nas equipas de rastreios e /ou inquéritos epidemiológicos (PE11, PE31,

PE33). Uma das peças refere a contratação de uma assistente social na sequência de um surto num lar (PE25). Já outras três peças (PP9, PP10, PE28) narram a integração da assistente social nas equipes de apoio comunitário no âmbito do Covid-19, uma delas apenas refere a sua existência (PP10) e as restantes apresentam uma breve explicitação das suas funções: “assistente social que integra esta equipe, que avalia as necessidades destas pessoas” (PP9); “Oferecem apoio de saúde e social, que inclui o pagamento de despesas e o realojamento, quando há essa necessidade” (PE28).

A quinta categoria abarca as peças em que as assistentes sociais assumem a palavra, o que aconteceu em 16 peças:

- i) Três peças (PP1, PP23, PP24) abordam as condições laborais, nomeadamente a história de um assistente social que se depara com a falta de recursos e apoio das chefias numa visita a uma família com Covid-19 (PP1), de um conjunto de profissionais que denunciam despedimentos e faltas de condições em quatro centros de acolhimento de emergência para pessoas em situação sem-abrigo (PP23) e, por fim, um artigo de opinião que reflete sobre a exposição das assistentes sociais a situações de agressões: “Em vez dessas abstrusas ideias de habilitar os profissionais (da saúde, da educação ou do serviço social) de competências de defesa pessoal ou de lhes oferecer botões de pânico, importa valorizá-los enquanto interlocutores e contribuidores efectivos para a formulação das políticas sociais sectoriais e para as alegadas e eternamente prometidas reformas dos sistemas” (PP25);
- ii) Três peças (PE10, PE6, PE26) apresentam a falta de recursos e os limites da intervenção, especificamente da falta de apoio e articulação com o sistema de justiça no apoio aos ex-reclusos (PE10), da limitação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – que coloca aos jovens institucionalizados o desafio de, aos 18 anos, escolher se querem ficar ou não na instituição para ter apoio no seu processo de autonomização com a impossibilidade de repensarem a sua decisão e a dificuldade dessa decisão em tempo de pandemia (PE6) – e da falta de equipes de acompanhamento após a finalização do processo de adoção (PE26);
- iii) Cinco peças (PP11, PP13, PP14, PP15, PE29) apresentam, a partir das assistentes sociais a intervenção social em tempos de Covid-19. Uma das peças é um vídeo (PP15) em que se fala do trabalho de uma Pousada da Juventude que acolhe pessoas infetadas com Covid-19. Em outras duas peças (PP11, PE29), a assistente social descreve o seu papel numa equipe de distribuição de alimentos e em uma equipe comunitária Covid-19: “Para sensibilizar, identificar e suprir as principais carências da população, bem como garantir o cumprimento das normas de segurança em contexto pandêmico” (PE29). Nesta última peça, que chama a

profissional de “técnica de ação social”, a assistente social fala brevemente do impacto da pandemia nos rendimentos e na saúde mental e no fato de “aquelas com mais necessidades acabam por usar uma mesma máscara descartável durante muito tempo, o que retira todo o efeito protetor”. A necessidade de repensar as respostas sociais e a forma como a pandemia abalou o agir profissional surge num artigo de opinião (PP14): “não só pela exigência de enfrentar condições pouco conhecidas, mas ainda porque os seus vínculos laborais (precários em muitos casos) são postos em causa, designadamente por categorias profissionais que têm confundido (por ignorância ou oportunismo?) a acentuação dos cuidados sanitários, com a plena dimensão social das respostas sociais”. Outra das peças (PP13) apresenta os resultados preliminares de um estudo que pretendeu analisar a intervenção destas profissionais durante a pandemia e que concluiu que “a esmagadora maioria dos assistentes sociais em Portugal não tem formação em intervenção de emergência (...) têm-se deparado com a falta de recursos humanos e financeiros para realizarem o seu trabalho (...) e com a alteração de procedimentos internos que foram sendo exigidos, bem como a forma como essa informação, proveniente de diferentes entidades”.

- iv) 2 Duas peças (PP7, PE19) apresentam os impactos da Covid-19 nas assistentes sociais. Uma delas é história de várias pessoas acompanhadas por uma psicóloga, uma delas é assistente social que está revoltada e desesperada perante a falta de meios e recursos, como refere: “Não se pensou o problema. Desde março que temos Covid, e tudo o que se viveu e se fez na primeira fase para lhe dar resposta, não se consolidou para que a resposta prosseguisse eficaz. Foi tudo desmantelado! Não consigo compreender como é que não se pensou na questão social e neste descalabro que era mais do que previsível!” (PP7). A outra peça relata o impacto da pandemia nas mulheres, apresentando diversas histórias, entre elas a de uma assistente social, que “escolheu ser ela a pedir o apoio excecional concedido pelo Governo” para apoio aos filhos (PE19).
- v) Três peças (PP2, PP3, P30) apresentam opinião de assistentes sociais com uma posição politizada dos problemas e contextos sociais. Duas são artigos de opinião escritos pelo mesmo assistente social, que apresentam as dificuldades das pessoas em situação de pobreza com a perda de direitos e o agudizar das suas dificuldades (PP2) e a relação entre a pandemia, as desigualdades sociais e a (única) resposta que pouco impacta nessa desigualdade: a distribuição de alimentos (PP3). Por fim, a outra peça, no âmbito da campanha para as eleições presidenciais de 2021, apresenta uma assistente social que manifesta a sua opinião sobre o candidato da extrema direita: “repúdio à atividade política deste candidato, que vem falar de problemáticas complexas com soluções simplistas para

encher o olho a simpatizantes e eventuais votantes, um candidato que segrega os portugueses entre portugueses de bem e portugueses que não são de bem, que humilha comunidades, nomeadamente comunidades que estão numa posição social mais fragilizada” (PE30).

A Ordem dos Assistentes Sociais (OAS) surge na sexta categoria com seis artigos de opinião, três escritos por assistentes sociais (PP4, PP5, PP16) e três por outros atores (PP12, PE14, PE38). O primeiro, que despoletou as respostas dos assistentes sociais, apresentou crítica à OAS por parte da reitora do ISCTE (PP12), o que conduziu a uma resposta por parte da Presidente da Comissão Instaladora da OAS (PP5), por parte de um membro dessa comissão (PP4) e de um assistente social através de uma carta ao diretor do jornal (PP16). Estes três assistentes sociais apresentam argumentos sobre a importância e o objetivo da criação da Ordem. Finalmente, surgem as restantes duas peças que criticam a criação das ordens em geral, e desta em específico, por considerá-las instrumentos corporativos de proteção de classe (PE14, PE38), um deles considera, inclusive, que se trata de “uma atividade profissional que, no passado, foi exercida por pessoas com formações diversas (de economistas a sociólogos passando por psicólogos) passa, agora, a ser desempenhada em exclusividade por licenciados em serviço social” (PE38).

196

Por fim, na sétima categoria (outras) integramos 5 peças (PP21, PP26, PP28, PP33, PP34). Uma das quais referentes a uma notícia que dá conta de vários cidadãos brasileiros que procuram ajuda na embaixada, sendo uma delas assistente social (PP21). Outra peça refere a abertura de vagas de estágio no PEJENE (PP28). Três peças utilizavam o termo “serviço social” para se referir à ação social (PP26, PP33 e PP34).

Discussão e conclusão

Confirmando a realidade nacional, as peças referem-se, na maioria das vezes, às assistentes sociais no feminino. Salientamos que, das 73 peças analisadas, apenas 19 surgiram com a voz direta das assistentes sociais, três das quais em peças relativas à OAS.

Grande parte das peças (22) apenas assinalam as assistentes sociais como integrantes de equipas existentes ou que são necessárias criar ou reforçar. Aqui é interessante perceber que foi nas equipas da área da educação que esta situação surgiu mais vezes, já que é uma área que, apesar de historicamente se apresentar como espaço de intervenção do serviço social, não se tem constituído, nos últimos anos, como um campo de empregabilidade. Aliás, as escolas têm um

déficit de equipes multidisciplinares incluindo, em regra, apenas psicólogos, com exceção das escolas com o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.

As peças em que se indica as equipes multidisciplinares (primeira categoria) são, todas elas, neutras em relação à percepção sobre as profissionais, não proferindo qualquer ideia sobre suas funções, competências ou outro tema. Destacamos, no entanto, o aspecto positivo da consideração da profissão em áreas tão diversas, como escolas, proteção de menores, hospitais, cuidados paliativos, entre outras. Tal situação poderá representar uma valorização deste campo profissional e da sua importância na intervenção social desenvolvida no país.

A neutralidade anteriormente referida é transversal à maioria das peças presentes em todas as categorias, com exceção da quinta categoria (em que as assistentes sociais falam diretamente) e da sexta (OAS). Na segunda categoria, na qual surgem considerações sobre as assistentes sociais, a maioria negativas, destacava-se a sua inação e atitude recriminatória. Apenas em duas peças aparece uma apreciação positiva, não se referindo, em nenhuma delas, as funções e competências destas profissionais. Uma delas é um agradecimento geral aos profissionais da linha da frente e a outra é uma iniciativa solidária de uma assistente social.

Acerca das funções das assistentes sociais são escassas as peças que se referem a elas. Na percepção de outros atores surgiram seis peças, que apresentam as funções de provedor de alimentos, acompanhamento de casos sociais e de prescritor social. Esta última exposta por um médico que descreve as funções do assistente social numa linguagem clínica (paciente, terapêutica, consulta). Salientamos também as sete peças que apresentam estas profissionais como parte de equipes criadas para responder à pandemia: três em rastreios e/ou inquéritos epidemiológicos, três em equipes comunitárias e apenas uma em ERPI. Apesar da pesquisa decorrer durante o ano da pandemia, o que levaria a crer que surgiria um conjunto considerável de peças acerca das estruturas de apoio aos idosos, o fato é que em apenas uma peça é referenciada a sua presença numa ERPI e para referir que uma assistente social foi contratada na sequência de um surto. Provavelmente isso será justificado pelo fato de as assistentes sociais, nessas estruturas, assumirem a função de diretora técnica e se apresentarem dessa forma à comunicação social. Fizemos uma pesquisa no período em análise com as palavras: “directora técnica, director técnico, diretora técnica e diretor técnico”. No Público surgiram 17 peças e no Expresso, seis. Em nenhuma delas é referenciada a formação do/a diretor/a técnico/a por isso não foram incluídas na análise. Salientamos que todas as peças se referiam ao impacto da Covid-19, principalmente em ERPI, e a quase totalidade apresentava conteúdos negativos sobre a intervenção desenvolvida.

A percepção das próprias assistentes sociais sobre as suas funções é apresentada em cinco peças, todas elas relacionadas com a intervenção na pandemia. Três delas são de profissionais que desenvolvem a sua prática no terreno. Estes apresentam as suas funções associadas à provisão de alimentos e ao acompanhamento (embora de forma muito vaga). As outras duas surgem pela mão de assistentes sociais ligadas à academia: uma delas para demonstrar a importância de repensar as respostas sociais e o agir profissional de modo a manter a dimensão social nas respostas; a outra refere-se a um estudo elaborado por uma universidade sobre a intervenção das profissionais apontando as dificuldades sentidas durante a pandemia.

As restantes peças em que as assistentes sociais aparecem como protagonistas são referentes a questões laborais, limitações da intervenção, impactos da Covid-19 em suas vidas e opiniões sobre problemas e contextos sociais. Salientamos que, em duas destas peças, as assistentes sociais surgem – na voz do repórter ou de uma psicóloga – possuindo uma missão de “salvífica”. Numa delas, que conta a história de vários profissionais acompanhados por uma psicóloga, a assistente social fala da falta de recursos nesta nova realidade, mas a psicóloga centra todo o seu discurso na percepção da profissão como missão, como um fardo de quem quer mudar o mundo.

Salientamos duas peças que colocam as assistentes sociais do “outro lado”, de quem recebe apoios: uma delas conta a história (na 1ª pessoa) de uma assistente social que pediu o apoio excepcional e a outra de uma assistente social que pediu apoio na embaixada. Também nas questões laborais, uma das peças denuncia a precariedade de trabalho destas profissionais.

Apenas quatro peças apresentam a perspectiva de profissionais que assumem uma posição de reflexão crítica em relação aos problemas e contextos sociais e às suas respostas (todas na 5ª categoria, três na subcategoria de visão politizada e uma na de limitação da intervenção).

Podemos, a partir das funções expostas, concluir que existem nas diferentes peças quatro “perfis” de assistentes sociais:

- i) De garantia de alimentos, numa perspectiva assistencialista da profissão;
- ii) De acompanhamento num sentido de representante das instituições, numa perspectiva mais burocrática da profissão e num perfil que a associa ao aparelho administrativo do Estado;
- iii) De “missionário”, como uma profissão ligada a uma missão humanista “salvífica”;
- iv) De questionador dos problemas e dos contextos sociais, numa perspectiva crítica e de empoderamento.

Salientamos o fato de três peças “trocarem” o nome das assistentes sociais por: técnicas de serviço social, técnicas de ação social e assistente familiar. E de, em outras três peças, surgir uma confusão entre o significado de serviço social e ação social. Esta situação pode ser demonstrativa da falta de conhecimento e clareza sobre esta profissão.

Esta pesquisa, que se pretende alargar a outro tempo que não só o da pandemia, demonstra a falta de clareza que existe sobre as funções do Serviço Social. Foi possível perceber que é uma área que é considerada para vários campos de intervenção, embora não existem peças que permitam de forma inequívoca e concreta expor o que é o Serviço Social e o que fazem as suas profissionais.

Referências

- BALTAR-MORENO, Adolfo (2014), “Comunicación y conocimiento de los Servicios Sociales públicos”. *Cuadernos de Trabajo Social*, 27, pp. 127-138 [Consult 10-02-2019]. Disponível em https://doi.org/10.5209/rev_CUTS.2014.v27.n1.41470
- BARROS FILHOS, Clóvis de (2001), *Ética na Comunicação: da informação ao receptor*. São Paulo, Moderna.
- BERNS, Nancy (2001), “Degendering the problem and gendering the blame. Political discourse on women and violence”. *Gender and Society*, 15, 262-281 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/089124301015002006>
- BOSCHETTI, Ivanete (2009), *Mídia, questão social e serviço social*. São Paulo, Cortez.
- CASTELLS, Manuel (1998), *L'Ère de l'Information (I vol.)*. *La Société en Réseaux*. Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (1999), *L'Ère de l'Information (II vol.)*. *Le Pouvoir de l'Identité*. Paris, Fayard.
- CGTS, Consejo General del Trabajo Social (2010), “Editorial”. *Revista de Servicios Sociales y Política Social*, 92, 5-6.
- COUTINHO, Clara P. (2020), *Metodologia de Investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. 2ª ed. Coimbra, Almedina.
- ERICSON, Richard V. (1997), “Mass media, crime law, and justice”, in S. A. Scheingold (Ed.), *Politics, crime control and culture*. Dartmouth, Ashgate, pp. 431-462.
- FOUCAULT, Michel (1999), *Estratégias de poder*, vol. II. Barcelona, Paidós.
- GIBELMAN, Margaret G. (2004), “Television and the Public Image of Social Workers: Portrayal or Betrayal?”. *Social Work*, 49, pp. 331-334 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1093/sw/49.2.331>
- HENDERSON, Lesley; FRANKLIN, Bob (2007), “Sad Not Bad: Images of Social Care Professionals in Popular UK Television Drama”. *Journal of Social Work*, 7, pp. 133-153 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1468017307080352>

- LUHMANN, Niklas (2007), *Teoría política en el Estado de Bienestar*. Madrid, Alianza Universidad.
- MACHADO, Carla (2004), *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do “outro”*. Lisboa, Editorial Notícias.
- MARQUES, Jacqueline (2016), *Itinerário de uma política: olhares sobre o rendimento social de inserção no concelho de Aveiro*. Tese de Doutoramento em Serviço Social. Instituto Superior de Serviço Social, Universidade Lusíada de Lisboa. 336 p.
- PENEDO, Cristina C. (2003), *O crime nos media: o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*. Lisboa, Livros Horizonte.
- REID, William J.; MISENER, Elizabeth (2001), “Social work in the press: a cross national study”. *International Journal of Social Welfare*, 10, pp. 194-201 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1111/1468-2397.00172>
- RODRIGUES, F (2006), “Independentes da subsidio-dependencia”. In A, Magalhães e S. Stoer (orgs). *Reconfigurações. Educação, Estado e Cultura numa Época de Globalização*. Porto, Profedições.
- ROGERS, E; DARING, J (1994), *Agenda setting research: wherehas it been, where is it going?* in D. Graber (Ed.). *Media Power in Politics*, CQ Press.
- ROTH DEUBEL, André-Nöel (2006), *Discurso sin compromiso. La política de derechos humanos en Colombia*. Colombia, Ediciones Aurora.
- TOWER, Kristine (2000), “In our own image: Shaping attitudes about Social Work through television production”. *Journal of Social Work Education*, v. 36, pp. 575-585 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.1080/10437797.2000.10779029>
- WESTWOOD, Joanne (2014), *Social Media*. Social Work Education: Critical Publishing. Northwich.
- WOLF, Mauro (2001), *Teorias da comunicação*. 6.ed. Lisboa, Presença.
- ZUGAZAGA, Carole B.; SURETTE, Raymond B.; MÉNDEZ, Monica; OTTO, Charles W. (2006), “Social Worker Perceptions of the Portrayal of the Profession in the News and Entertainment Media: An Exploratory Study”. *Journal of Social Work Education*, v. 42, pp. 621-536 [Consult 10-02-2019]. Disponível em <https://doi.org/10.5175/JSWE.2006.200500502>

Abstract

This article aims to be a first exploratory approach to analyse the image, in Portugal, of the social work in the press, during the pandemic phase (from March 2020 to March 2021). We have chosen two newspapers of relevance in the country: "Público" and "Expresso" in the online version with the aim of understanding if there are news, reports, opinion articles, etc. about social work and social workers in order to understand what image these pieces convey. In the two newspapers 73 journalistic pieces on the subject were published in the period under analysis. We concluded that there are in the different pieces 4 "profiles" of social workers: i) of food guarantor; ii) of bureaucrat; iii) of "missionary" and; iv) of critic.

Keywords: social work; social worker; public image of social work; relations with the press.

Resumen

Este artículo pretende ser una primera aproximación exploratoria para analizar la imagen, en Portugal, del trabajo social en la prensa durante la fase de pandemia (de marzo de 2020 a marzo de 2021). Hemos elegido dos periódicos de relevancia en el país: "Público" y "Expresso" en su versión online con el objetivo de conocer si existen noticias, reportajes, artículos de opinión, etc. sobre el trabajo y los trabajadores sociales para entender qué imagen transmiten estas piezas. En los dos periódicos se publicaron 73 piezas periodísticas sobre el tema en el periodo analizado. Concluimos que existen 4 "perfiles" de trabajadores sociales en las diferentes piezas: i) de garante de la alimentación; ii) de burócrata; iii) de "misionero" y; iv) de crítico.

Palabras clave: trabajo social; trabajador social; imagen pública del trabajo social; relación con la prensa.
